

HISTÓRIA INTERNACIONAL

ARNE HOFMANN, THE EMERGENCE OF DÉTENTE IN EUROPE. BRANDT, KENNEDY AND THE FORMATION OF OSTPOLITIK

Nova York, Routledge, 2007, 225 pp.

O tema desenvolvido neste livro é o esforço feito pelos dois líderes políticos, Willy Brandt e John F. Kennedy, para ultrapassarem as divisões da Guerra Fria, advogando a diminuição das tensões entre os dois blocos, e com isso impedindo uma guerra entre as duas superpotências. O livro está dividido em três partes. A primeira, uma descrição histórica das relações entre Willy Brandt e John F. Kennedy durante o período em que este ocupou a Casa Branca (1960-1963), tem como objectivo analisar as circunstâncias em que ambos se cruzaram e os momentos-chave que partilharam. Centrando-se em Berlim e Cuba, como os dois pontos-chave do período crítico que surgiu a partir de 1958, Hofmann analisa o papel de dois dos protagonistas responsáveis por mudanças significativas nas relações Leste-Oeste: Willy Brandt, o burgomestre de Berlim desde 1957, e o Presidente americano John F. Kennedy.

Na segunda parte, Hofmann centra a sua abordagem nos valores e conceitos que subjazem ao aparecimento da ideia de *détente*. Se, por um lado, Kennedy cedo percebeu que o reconhecimento do Bloco de Leste era determinante para a *détente*, por outro, Brandt acabou por ir mais longe e desenvolveu a política de reconhecer o *status quo* com o objectivo de o ultrapassar. A *Ostpolitik* de Brandt, afinal, era muito mais do que a estratégia para a paz de John F. Kennedy.

Por fim, na terceira parte são analisadas as dificuldades geradas pela aproximação Kennedy-Brandt no contexto das relações EUA-RFA. As tensões entre o chanceler Adenauer e o Presidente Kennedy transferiram o papel de partido pró-americano da CDU para o SPD e acentuaram as tensões no triângulo Bona-Berlim-Washington. Esta aproximação foi também usada a favor do líder social-democrata na ascensão da sua carreira política, afectando não só a sua postura internacional, mas também o modo como era percebido internamente. A juntar ao seu passado de resistente antinazi e ao importante papel enquanto burgomestre de Berlim, estava agora a sua defesa da

aliança transatlântica e da ligação aos Estados Unidos.

Arne Hofmann é investigador no Centro de Estudos da Guerra Fria da London School of Economics e o livro aqui tratado faz parte da colecção «Cold War History Series» da Routledge – características que reforçam a qualidade deste trabalho.

OLIVER BANGE E GOTTFRIED NIEDHART (EDS.), HELSINKI 1975 AND THE TRANSFORMATION OF EUROPE

Nova York, Berghahn Books, 2008, 208 pp.

A década de 1960 ficou marcada pela evolução da Guerra Fria. Depois dos episódios de Berlim e Cuba na primeira metade da década, quer a população em geral quer os líderes políticos sentiram a «necessidade de civilizar» o conflito bipolar, esforço que recebeu o nome de *détente*. Ambos os lados estavam dispostos a alterar o carácter da confrontação: a *détente* de De Gaulle, o *bridge building* de Lyndon Johnson, a *Ostpolitik* de Willy Brandt ou a «coexistência pacífica» de Brejnev. Porém, todos estes movimentos partiram de acordos bilaterais, de onde se formou o caminho da multilateralização e até a institucionalização desta nova postura. A Conferência de Segurança Europeia transformou-se na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia (CSCE). Este processo centrou-se simultaneamente no ordenamento territorial europeu – para o qual a questão alemã era fundamental – e na diminuição das tensões entre os dois blocos, através do alargamento de contactos entre a Europa de Leste e a Ocidental.

O que se procura analisar neste livro são as posições de vários países perante o processo que levou à assinatura do Acordo Final da CSCE, assinado em Helsínquia a 1 de Agosto de 1975. Do ponto de vista da Alemanha Federal, a CSCE oferecia uma oportunidade para aprofundar a permeabilidade da fronteira intra-alemã, o que, a longo prazo, iria levar ao desaparecimento da divisão alemã. O segundo objetivo de longo prazo era a liberalização da Europa de Leste, procurando assim minar a supremacia soviética naquela região. A reacção dos países do Pacto de Varsóvia a esta estratégia variou entre a abertura às iniciativas ocidentais e a ênfase na ameaça que constituíam, dependendo dos seus interesses próprios.

Os artigos que constituem este volume centram-se na análise das diferentes reacções ao processo de criação da CSCE, num período cronológico amplo (1961-1975). Através de 11 capítulos, obtemos uma análise geral dos principais elementos em jogo durante o processo de negociação que levou à reunião de Helsínquia, quer do ponto de vista nacional (como, por exemplo, dos casos alemão, francês, romeno ou soviético), mas também do ponto de vista do Pacto de Varsóvia. Este volume é também o resultado de um projecto internacional da Universidade de Manheim sobre as percepções mútuas entre a Alemanha Federal e os estados-membros do Pacto de Varsóvia, cujos resultados e publicações relacionadas estão disponíveis on-line em www.CSCE-1975.net. Tanto a informação disponível no site como o conteúdo deste volume tornam-se incontornáveis para o estudo das origens da CSCE.

DANIEL MÖCKLI, EUROPEAN FOREIGN POLICY DURING THE COLD WAR. HEATH, BRANDT, POMPIDOU AND THE DREAM OF POLITICAL UNITY

Nova York, I. B. Tauris, 2009, 476 pp.

Objectivo deste livro é analisar a construção da Cooperação Política Europeia (CPE), processo iniciado em 1969-1970. O autor defende que até finais de 1973 se dá o culminar da CPE, com tomadas de posição comuns por parte dos Nove que demonstram a vontade política de aprofundar politicamente a Comunidade Europeia. Esta análise é feita com base em três actores-chave para a CPE: o Reino Unido, a França e a República Federal da Alemanha. A escolha destes dois últimos países justifica-se pelo papel de motor do processo de construção europeia que desempenharam historicamente; o do Reino Unido porque, de acordo com Daniel Möckli, foi a sua adesão à CEE que lhe deu peso político reconhecido internacionalmente.

O livro descreve a evolução da CPE em três períodos distintos. O primeiro, entre 1969 e 1972, caracteriza-se pela decisão dos Seis em avançar para o aprofundamento político da Comunidade e, portanto, no processo de constituição da CEP e na preparação para a adesão do Reino Unido à CEE. O segundo período analisado é o ano de 1973, que constitui, segundo Möckli, o momento alto da CPE. Neste ano, existiu verdadeiramente uma só voz europeia em vários assuntos de importância internacional: a tomada de posição comum por parte dos (agora) Nove no conflito israelo-palestiniano; a postura que os Nove adoptaram em relação à iniciativa americana do «Ano da Europa» e o modo como se apresentaram durante as

negociações que levaram à CSCE. Esta tomada de posição a uma voz terá sido possível pelo interesse dos principais países europeus em se tornarem uma alternativa credível ao domínio bipolar, reforçando a construção política da Europa como solução para o que acreditavam ser um maior desinteresse dos Estados Unidos na defesa europeia – reflexo da procura da *détente* com a URSS. Porém, logo no ano seguinte, a Europa a uma só voz desaparece, em grande parte por causa das resistências americanas perante o fortalecimento dos Nove. A impossibilidade em encontrar uma resposta consensual perante a crise energética e a dificuldade em impor uma tendência europeia à parceria transatlântica revelaram todas as limitações existentes entre os países europeus em falarem a uma só voz.

A principal razão do enfraquecimento da CPE terá sido então a resistência americana em ter um interlocutor colectivo, em vez dos parceiros bilaterais tradicionais. Por outro lado, já nos anos 1970 revelou-se uma vez mais que em tempos de crise torna-se mais difícil ter a Europa a falar a uma só voz.

MARTIN KLIMKE E JOACHIM SCHARLOTH (EDS.), 1968 IN EUROPE. A HISTORY OF PROTEST AND ACTIVISM, 1956-1977

Nova York, Palgrave Macmillan, 2008, 344 pp.

1968 in Europe. *A History of Protest and Activism, 1956-1977* é o quinto livro publicado na colecção de «História Transnacional» da Palgrave Macmillan, e tem como objectivo ser uma referência concisa para os alunos e investigadores dos movimentos

de protesto dos anos entre 1960 e 1970 na Europa. Produto da rede de investigação «Marie Curie» sobre «Movimentos de Protesto na Europa desde 1945», esta obra procura preencher a lacuna existente sobre o tema em análise. Nesse sentido, o seu objectivo é alcançado. Em cerca de trinta capítulos, são feitos estudos de caso em quase todos os países da Europa, para além de capítulos sobre os elementos verdadeiramente transnacionais deste período, como a Nova Esquerda, o Movimento Internacional de Paz ou a influência da música nos movimentos de protesto («Music and Protest in 1960s Europe»). A última parte do livro reflecte sobre os impactos daqueles movimentos em quatro áreas determinantes: o terrorismo, o movimento feminista, o movimento ecologista e o seu impacto nas narrativas de democratização.

Os editores da obra, Martin Klimke (Universidade de Heidelberg) e Joachim Scharloth (Universidade de Zurique), identificam quatro domínios que serviram de motor para a transnacionalidade destes movimentos de protesto. Primeiro, uma base comum de orientação ideológica, identificada com a Nova Esquerda e que procurava uma alternativa quer ao «marxismo ortodoxo», quer ao «anticomunismo fervoroso». Em segundo

lugar, as redes de contacto pessoais e institucionais, fortalecidas pela realização de encontros internacionais de estudantes. De seguida, promovidos por estas redes de contactos, os repertórios de acção tornavam-se comuns, com a partilha de métodos e de formas inovadoras de protesto. Por fim, e como soma de todas estas trocas de experiências, técnicas de protesto e ideologias, surgiu a busca por um estilo de vida alternativo e a criação de uma contracultura que se tornou comum a toda a Europa. Apesar de haver muitas diferenças no modo como estes elementos foram vividos em cada país europeu, podemos dizer que são de facto os aspectos que conferem essa sensação de transnacionalidade aos movimentos de protesto dos anos 1960-1970.

De modo a cumprir a sua função como manual para o estudo deste período, existe um guia de ensino e investigação *on-line*, que disponibiliza uma cronologia, bibliografia e algumas fontes para todos os países europeus. De salientar que, apesar de o estudo de Portugal não fazer parte do volume em papel, existe um capítulo *on-line*, da autoria de Miguel Cardina (Universidade de Coimbra), disponível em: <http://www.1968ineurope.com/>.

■ ANA MÓNICA FONSECA